REQUERIMENTO:	**DESPACHO:**
EMENTA: Requer o envio ao Congresso Nacional de Moção de Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição 206/2019, que permite a cobrança de mensalidades pelas universidades públicas brasileiras.	_____ _____ _____ **Natal, _____ de _____ de 2022.** **PRESIDENTE**

Brisa Bracchi, vereadora eleita, no desempenho de seu mandato, submete à apreciação da mesa, para que seja discutida e submetida ao esclarecido plenário, a seguinte proposição:

Requer, nos termos regimentais da Câmara Municipal do Natal, que seja enviado ofício ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, com Moção de Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição 206/2019, que permite a cobrança de mensalidades pelas universidades públicas brasileiras.

JUSTIFICATIVA:

A Proposta de Emenda à Constituição n.º 206/2019 (PEC 206) visa alterar o art. 206 da Constituição e incluir um parágrafo no art. 207, aduzindo pela cobrança de mensalidade nas instituições públicas de ensino superior, mediante comissão de avaliação da própria instituição. Essa cobrança é descabida, desproporcional e excludente. Em pesquisa feita pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), foi demonstrado que 70,2% dos estudantes possuem renda de menor igual a um salário mínimo e meio. A solução para os problemas presentes nas universidades públicas não é a cobrança de mensalidade, mas sim o retorno de investimentos para fomentar o tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. Tal projeto apresenta grande risco de redução de investimento público nas universidades federais, além de não apresentar critérios específicos que determinem o público alvo da cobrança e como ela seria feita, podendo recair diversos ônus para os filhos e filhas da classe trabalhadora. A Constituição Federal tem por princípio a gratuidade do ensino público como instrumento de promoção social, de desenvolvimento humano e científico do país. O projeto ignora a ampliação de cotas sociais e raciais para o ensino superior, ignora a discussão de políticas públicas a fim de viabilizar a matrícula e permanência de estudantes provenientes das classes sociais mais vulneráveis, buscando apenas criar embaraços para o regular funcionamento das instituições de ensino públicas. Desta forma, repudiamos veementemente a PEC 206, por entender que ela acabará com o caráter público das universidades públicas, e desencadeará um maior sucateamento da educação brasileira.

Palácio Padre Miguelinho, em 25.05.2022



Brisa Bracchi
Vereadora

Lido no expediente: _____/ _____/ _____ Secretário: _____